

O NOVO JÁ NASCE VELHO: A IDADE MÉDIA PÓS-BNCC E A QUESTÃO DA MULHER MEDIEVAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO GUIA PNLD-2020

The New Is Born Old: The Middle Age Post-Bncc and the issue of Medieval Woman in the Textbooks of The PNLD-2020 Guide

Douglas Mota Xavier de Lima
Doutor em História,
Universidade Federal do Oeste do Pará
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7197-7930>
E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br

Recebido em: 16/01/2021
Aprovado em: 18/04/2021

Resumo: Nos últimos anos é notório o interesse dos pesquisadores brasileiros das áreas de História Antiga e História Medieval com as questões do ensino de história, em especial com o ensino desses conteúdos na educação básica. Inserindo-se nessas preocupações, o presente artigo explora o principal instrumento pedagógico da educação pública no país, o livro didático. Aproveitando o assunto do dossiê temático, o artigo apresenta apontamentos acerca da Idade Média nos manuais escolares, especificamente nas obras do Ensino Fundamental - Anos finais aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e indicadas no Guia do Livro Didático 2020. O objetivo do artigo é problematizar possíveis mudanças de inserção e abordagem do conteúdo impulsionadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para isso, após apresentar panorama da inserção da Idade Média nos manuais aprovados, o artigo analisa um caso, os papéis sociais das mulheres medievais, tema de “objeto de conhecimento” e “habilidade” da BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental. O trabalho sustenta-se em sete livros didáticos aprovados no PNLD e propõe estudo comparativo do tema nos manuais. Os resultados demonstram a redução do conteúdo de Idade Média nos livros didáticos pós-BNCC e que as obras permanecem abordando as mulheres medievais de forma dissociada da narrativa principal dos capítulos e de maneira superficial.

Palavras-chave: Livro didático. Idade Média. Mulheres medievais.

Abstract: In recent years, the interest of Brazilian researchers in the fields of Ancient History and Medieval History with the issues of history teaching, especially with the teaching of these contents in basic education, is notorious. Inserting these concerns, this article explores the main pedagogical instrument of public education in the country, the textbook. Taking advantage of the subject of the thematic dossier, the article presents notes about the Middle Ages in school textbooks, specifically in the works of Fundamental Education - Final Years, approved by the National Program for Books and Didactic Material (PNLD) and indicated in the Textbook Guide-2020. The objective of the article is to discuss possible changes in the insertion and approach to content driven by the National Common Curricular Base (BNCC). For this, after presenting a panorama of the insertion of the Middle Ages in the approved manuals, the article analyzes a case, the social roles of medieval women, a subject of “object of knowledge” and “skill” of the BNCC for the 6th year of Elementary School. The work is based on seven textbooks approved in the PNLD and proposes a comparative study of the theme in the manuals. The results demonstrate the reduction of the Middle Ages content in post-BNCC textbooks and that the works continue to approach medieval women in a dissociated form from the main narrative of the chapters and in a superficial way.

Keywords : Textbook. Middle Age. Medieval Women.

A Idade Média continua associada a uma série de estereótipos, como os que compreendem a época como Idade das Trevas e, conseqüentemente, período de atraso civilizacional e barbárie, e constantemente é apropriada por grupos nacionalistas e conservadores, como demonstra a recente invasão ao Capitólio em Washington-DC, em janeiro de 2021. Ademais, mesmo entre os historiadores dedicados a outras temporalidades, ainda é necessário disputar os sentidos acerca do termo Idade Média e a relevância do estudo do período nas salas de aula do Ensino Superior e da Educação Básica. Não obstante, o apelo da cultura de massa, os distintos olhares teóricos e os usos políticos do passado medieval, expressam a necessidade da investigação sobre tal período histórico.

Assim, como defende Almeida (2017), mesmo com as resistências e os desafios impostos aos estudos medievais, mostra-se urgente conciliar a erudição alcançada pela medievalística no país com uma inserção social mais efetiva. Nessa via, as inúmeras demandas da Educação Básica oferecem um dos principais espaços para tal inserção. Ao considerar o ambiente da sala de aula, constata-se que o medievalismo da fantasia, das aventuras e da imaginação, que tanto mobiliza os jovens no Brasil e no mundo, pouco se insere nas aulas de História. (Chepp, Masi, Pereira, 2015) Apesar disso, a medievalística brasileira gradativamente tem se preocupado em demonstrar a relevância da Idade Média para o ensino de história e essa preocupação tem resultado em diferentes trabalhos acadêmicos (artigos, capítulos, teses e dissertações) e temas de pesquisa, que vão desde os manuais escolares aos usos das mídias digitais em sala de aula.

O principal eixo de investigação sobre o medievalismo no ensino de história permanece a questão de como a Idade Média é abordada nos livros didáticos,¹ o que possibilita apontamentos de síntese. Em linhas gerais, os trabalhos têm evidenciado que a Idade Média dos manuais escolares está distante das abordagens acadêmicas desenvolvidas desde a segunda metade do século passado; que há predileção pela abordagem da história institucional e da história política factual do medievalismo; que permanece o estudo da Idade Média concentrada na França, na Inglaterra e na Itália, pouco incorporando outras regiões da Cristandade latina, a Cristandade oriental e o mundo muçulmano; que se mantém uma periodização estática, definindo o período entre o fim do Império Romano Ocidental (476 d.C.) e os eventos da segunda metade do século XV; que a

noção de Feudalismo continua exercendo centralidade na organização do conteúdo, sendo recorrente os capítulos estruturarem-se em torno da formação e da crise do feudalismo; que temas como os germanos são tratados de maneira genérica e uniforme; e que as mulheres medievais são pouco abordadas, compondo esporadicamente boxes explicativos ainda voltados aos grandes nomes.

No entanto, diante do novo contexto das políticas públicas do livro didático e das mudanças curriculares na educação básica brasileira, os acúmulos alcançados nas últimas duas décadas necessitam de uma revisão.² A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e os novos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – que definem quais livros podem ser comprados pelo poder público para disponibilização nas escolas – têm reorientado a produção de livros didáticos no Brasil, gerando uma série de mudanças para o componente curricular História, tanto na distribuição do conteúdo como na abordagem.³

Deste modo, o presente artigo discute a Idade Média escolar a partir dos manuais didáticos aprovados no Guia do Livro Didático 2020 - Anos finais do Ensino Fundamental. Seu objetivo é problematizar possíveis mudanças de inserção e abordagem do conteúdo impulsionadas pela BNCC. Em busca de responder a esse objetivo, o artigo apresenta um panorama do medievo nos sumários dos manuais aprovados no PNLD e concentra a análise no tema “os papéis sociais das mulheres no período medieval” em sete livros didáticos.

Livros didáticos – uma breve introdução

Desde o século XVIII o livro didático tem lugar hegemônico no ambiente escolar e constitui o principal recurso mobilizado por alunos e professores. Nas últimas décadas, mesmo com as novas demandas sociais e o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), ele tem sido gradualmente adaptado e permanece como o principal veiculador de conhecimentos sistematizados. Objeto composto de diversas facetas, o livro didático é depositário de um conteúdo educativo e tem o papel de transmitir aos jovens os saberes julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Ademais, os livros veiculam, de maneira sutil, sistema de valores, participando,

assim, do processo de socialização. (Choppin, 2002: 14) Tal característica se acentua nos livros didáticos de história, responsáveis por elaborar uma narrativa sobre o passado remoto e recente, discurso que tanto pode dar evidência a determinadas temáticas como silenciar e ofuscar outras.

A partir de meados do século passado se observa o crescimento acentuado das investigações sobre o livro didático, movimento que resulta da convergência de, ao menos, dois fatores: o desenvolvimento dos estudos de história da educação e do currículo e o avanço da história do livro e da leitura. No Brasil, tal crescimento recebeu impulso significativo na década de 1990, com a tese de Circe Bittencourt, *Livro Didático e conhecimento histórico* (1993), que ofereceu aportes para a renovação das pesquisas na temática. (Munakata, 2012)

Alain Choppin (2009) explica que o conceito de livro didático é historicamente recente, sendo comum encontrar múltiplas denominações para esse tipo de publicação, característica que acentua a complexidade do estatuto do livro escolar na sociedade. Choppin trata de quatro funções exercidas pelos livros didáticos, elementos que contribuem para a percepção das diferentes dimensões relacionadas ao objeto:

Quadro 1. Funções do livro didático segundo Alain Choppin

Funções	Característica
Referencial	Também chamada de curricular ou programática, faz do livro didático a fiel tradução do programa ou uma de suas possíveis interpretações. O livro constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.
Instrumental	O livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas etc.
Ideológica e cultural	É a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

Documental	O livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores.
------------	---

Fonte: Choppin, 2004.

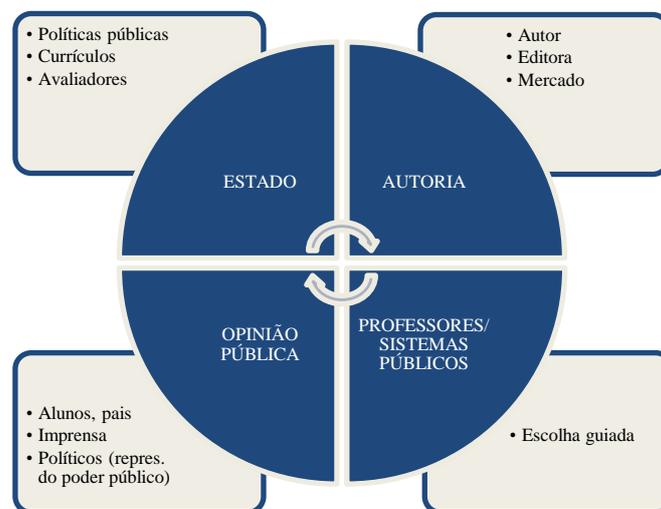
No Brasil, até a década de 1990 os livros didáticos de história foram comumente criticados por duas vias: a denúncia ao viés ideológico na abordagem de determinados assuntos, com a acusação de que o livro didático assumia o papel de instrumento de poder das classes dominantes e perpetuador do silenciamento das minorias; e o foco nas incongruências entre a produção acadêmica e o conteúdo dos livros didáticos. (Caimi, 2017: 33) Nos anos seguintes, novas perspectivas de pesquisa sobre os manuais escolares foram levantadas, entendendo o livro didático como:

um objeto histórico, com características e funções específicas, ao qual podem ser estabelecidas diversas vinculações com o contexto de sua produção e utilização. Prospectaram-se suas relações mais profundas com a escolarização, as propostas pedagógicas, as políticas públicas, com o saber acadêmico e com a cultura em geral. Ampliou-se sua percepção como objeto de consumo dentro do mercado editorial, analisando sua linguagem, sua forma, sua materialidade. (Moreno, 2014: 45)

Para compreender a complexidade do objeto, Jean Moreno propôs um esquema sobre diferentes dimensões do livro didático (Figura 1). Segundo o autor, o primeiro polo é formado pelo **Estado** que, mesmo com interesses divergentes e concepções diversas, através das políticas públicas, elabora currículos, avalia e aprova os materiais didáticos, permitindo que as obras entrem nas relações de mercado. Noutro polo encontra-se a **Autoria**, formada pelos autores, editoras (empresas) e equipe editorial, responsáveis pela criação do livro a partir do atendimento às normas vigentes, da apropriação do currículo e de uma visão sobre o público consumidor, e onde se estabelecem as estratégias de mercado, que abarcam desde a definição do preço à escolha dos autores e do título da coleção. Outro polo é formado pelos administradores do **sistema público** e, em especial, pelos **professores**, responsáveis pela escolha final da obra, uma escolha guiada e direcionada, visto que, em geral, os professores não

participam da definição dos critérios de seleção inicial, tampouco da avaliação e elaboração das obras. Por fim, o polo definido como **Opinião Pública** constitui uma referência para os produtores de livros didáticos, criando pressões esporádicas sobre o objeto.

Figura 1. Campo de forças que envolve a produção, circulação e consumo dos livros didáticos



Fonte: MORENO, 2014: 52.

Dentre as dimensões definidas por Moreno, destaca-se o papel do Estado, particularmente no que se refere às políticas públicas relacionadas ao livro didático e ao currículo. Desde a década de 1930, o Estado brasileiro tem ampliado a sua intervenção sobre a produção didática do país. Em 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), órgão responsável por avaliar e aprovar os materiais didáticos. À época, a lei determinava que alguns conteúdos ou posturas não seriam admitidos, como críticas ao regime, incitamento à luta de classes e a ofensa ao sentimento religioso. Na década seguinte, em 1942, com a reforma Capanema, tais orientações foram reforçadas, com destaque para a formação moral, política e patriótica. (Moreno, 2014) Segundo Marcelo Silva (2017), por meio desses marcos se consolidou uma forma de atuação do Estado nas políticas públicas em torno do livro didático, marcada pela regulação e fiscalização da produção e pela difusão e utilização do livro didático nas escolas.

Ademais, os critérios para avaliação dos livros didáticos tinham um caráter político-ideológico, secundarizando os aspectos didáticos.

Em termos de distribuição dos livros didáticos, a criação da Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), em 1956, introduziu mudanças nas atribuições do Estado, que assumiu a finalidade de fornecer materiais didáticos a preço acessível. Essa condução da política pública se manteve até 1966, quando o governo brasileiro estabeleceu acordos com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e criou a Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted), com o objetivo de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas a produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros técnicos e didáticos. A partir dos anos 1970, por meio do incentivo estatal, houve uma adoção em massa dos livros didáticos, paralela da modernização e consolidação da indústria editorial e do crescimento do número de pessoas escolarizadas, tornando as obras escolares uma das mercadorias mais vendidas do país. Em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa que visava a distribuição gratuita de livros didáticos às escolas primárias e secundárias e consolidava políticas e práticas em torno do livro didático no Brasil. Uma mudança importante trazida pelo programa consistiu no fato de que: “o Estado deixaria de atuar na produção-edição de livros didáticos, ainda em que coedição, e teria como foco a avaliação e aquisição das obras a serem destinadas às escolas”. (Silva, 2017: 111)

Ao longo dos anos seguintes o PNLD tornou-se o maior programa de material didático do mundo e, considerando apenas o edital 2019, foi investido R\$ 1.390.201.035,55 para a aquisição de 172.571.931 livros e materiais didáticos. Inicialmente direcionado ao ensino fundamental e restrito aos materiais de língua portuguesa e matemática, gradualmente o escopo do programa foi ampliado para as demais áreas do conhecimento e etapas de ensino, abarcando o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Paralelamente ocorreu a consolidação do processo de avaliação, seleção e aquisição dos livros didáticos por meio da publicação dos editais anuais do PNLD. De acordo com Aléxia Franco (2014), com o aprimoramento dos editais e dos guias do livro didático, gradativamente o PNLD contribuiu para a eliminação dos livros que veiculavam preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, assim como de obras com erros conceituais.

Ademais, o PNLD acrescentou critérios metodológicos de eliminação, exigindo que as obras apresentem coerência entre a concepção anunciada, o conteúdo e as atividades sugeridas, que devem ser voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo.

Nos últimos anos o PNLD tem sido modificado, resultando em redirecionamentos do programa. Uma das mudanças ocorreu por meio do decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017, que unificou o PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criando a nomenclatura: Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O novo programa teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, *softwares* e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros. Além disso, as mudanças de 2017 afetaram o processo de escolha dos livros, possibilitando que as secretarias municipais e estaduais de educação constituam comissões para a seleção dos livros didáticos a serem adotados em todo o município ou Estado, medida que vem sendo criticada por potencialmente retirar dos professores a autonomia na escolha. Outra modificação resultante do decreto relaciona-se com a comissão que avalia e escolhe as obras do programa, pois anteriormente a tarefa era responsabilidade de especialistas de universidades públicas, ao passo que atualmente o Ministério da Educação passa a selecionar os avaliadores por meio de chamada pública e da indicação de entidades como o CNE, o CONSED e a UNDIME. A alteração foi inicialmente recebida com receio, em especial devido a movimentos conservadores que mobilizaram pessoas a participarem do cadastro como avaliadores a fim de combater a chamada ideologia de gênero e possíveis leituras de esquerda/comunistas que estariam sendo propagadas pelos livros didáticos. Apesar disso, conforme o Guia Digital do PNLD 2020 (Brasil, 2019), evidencia-se que para a comissão técnica, a coordenação pedagógica e adjunta e o conjunto de avaliadores foram selecionados professores universitários e da educação básica de diferentes regiões do país, garantindo o critério técnico para a composição da equipe do componente História.

No Brasil, ao longo dos anos, pela ausência de um currículo oficial e da prescrição dos conteúdos obrigatórios para a educação básica, o livro didático tem assumido o papel de currículo editado. (Caimi, 2017) No entanto, a recente aprovação

da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴ indica alterações nesse cenário, em especial porque o decreto n. 9.099 estabeleceu como um de seus objetivos apoiar a implementação da BNCC. Em termos práticos, os editais do PNLD 2018 e 2019 definiram que as obras inscritas no processo de avaliação deveriam conter orientações ao professor sobre como desenvolver as competências e habilidades previstas na BNCC e exigiu a conformidade do conteúdo das obras com a Base. Franco, Silva Júnior e Guimarães são enfáticos ao afirmar que a relação entre a BNCC e o PNLD:

[...] expressa uma política educacional verticalizada, da prescrição curricular do Estado ao cotidiano escolar, sem rotas alternativas, sem idas e vindas, mas uma via de mão única, reforçando o controle sobre a história ensinada. Assim, a BNCC cumpre um papel radical de regulação externa, pois determina o que será ensinado (os conteúdos), como será ensinado (as metodologias), quando (a ordenação do tempo escolar) o que e como será avaliado, enfim o que deve e pode ser ensinado e aprendido. O controle exercido por meio do PNLD explicita as funções de organização unificadora, uma padronização e controle dos diferentes agentes: autores, professores, gestores, alunos. (Franco, Silva Júnior, Guimarães, 2018: 1032)

Como se entende do trecho, a definição curricular envolve uma importante dimensão política e, desde modo, todo currículo é produto de escolhas e disputas (Sacristán, 2013; Caimi, 2016). Assim, a BNCC expressa os embates em torno do que deve ser recortado e considerado do passado. Ciente disso, cabe um breve resgate das controvérsias relativas ao componente História na BNCC, concentrando a atenção no conteúdo de Idade Média.

BNCC, História e Idade Média

Durante o processo de apresentação e aprovação da BNCC (2015-2017) eclodiram uma série de conflitos e disputas, políticas e teóricas, sobre o que ensinar e aprender em História. (Franco, Silva Júnior, Guimarães, 2018; Silva, Guimarães, 2018; Pereira, Rodrigues, 2018) Temas como cronologia, eurocentrismo, história nacional, políticas afirmativas, entre outros, atravessaram os debates acerca do componente, sendo marcante para os interesses desse artigo as discussões em torno da exclusão dos conteúdos de História Antiga e História Medieval do texto curricular.

A problemática da História medieval no currículo escolar brasileiro tem sido discutida há algumas décadas, merecendo destaque o capítulo de José Rivair Macedo, “Repensando a Idade Média no Ensino de História” (2003), onde o autor faz uma espécie de manifesto em defesa da história medieval nas salas de aula, questionando a permanência dos estereótipos, a abordagem presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, sobretudo, defendendo a descolonização do ensino de Idade Média. Não obstante, a questão curricular esboçada por Macedo ganhou destaque entre os medievalistas a partir do lançamento da BNCC e fundamentou o artigo “A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC” (2016), dos professores Igor Salomão Teixeira e Nilton Mullet Pereira. É possível sintetizar a defesa dos autores em dois argumentos principais: a necessidade de superação do modelo quadripartite de história; o estudo da Idade Média em função do encantamento que desperta nos estudantes e pelas relações de pertencimentos que permite estabelecer entre esse passado e a realidade dos alunos. Ao optarem por demarcar esta posição, constroem sólida crítica ao texto da BNCC e demonstram que a Idade Média também pode ser pensada como um conteúdo crítico à monocultura do saber, em diálogo, e não em oposição, com os estudos africanistas e indigenistas.

Através da comparação entre as versões da BNCC, Lima (2019) observou que o conteúdo de Idade Média conheceu uma variação marcante entre 2015 e 2017:

Ao apontar para a ruptura com o modelo eurocêntrico quadripartite de História, a primeira versão acabou por invisibilizar os conteúdos acerca da antiguidade e do medievo. A segunda e a terceira versão, ainda que com abordagens diferentes, optaram por um viés conteudista, que recolocou a sociedade medieval no currículo obrigatório. Como exposto, a Idade Média foi contemplada no texto da Base, porém apenas no 6º ano do Ensino Fundamental, numa faixa etária média entre 10 e 12 anos, sendo a maior parte da História Antiga limitada ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais, no 5º ano, espaço que, tradicionalmente, não é ocupado por professores licenciados em História. (Lima, 2019: 14)

O artigo termina lançando preocupações em relação às consequências da BNCC para o futuro das áreas de Antiga e Medieval tanto no Ensino Superior como na Educação Básica. Tais preocupações começam a ganhar materialidade com a publicação dos editais do PNLD orientados pela Base.

O Guia do PNLD 2020 selecionou 11 coleções de livros didáticos do Ensino Fundamental – Anos finais de seis editoras: Moderna (3), SM (2), FTD (2), Saraiva (2), Ática (1) e Quinteto editorial (1). A partir da consulta aos sumários das obras, evidencia-se a redução dos conteúdos de Idade Média nos livros didáticos (Quadro 2). Até então, a Antiguidade era tratada no 6º ano e a Idade Média era comumente abordada, no mínimo, nos dois primeiros bimestres do 7º ano do Ensino Fundamental, ocupando, conseqüentemente, metade das unidades do livro didático relativo a tal ano letivo. Desde a primeira versão até a terceira e última, a BNCC restringiu os conteúdos de Antiga e Medieval ao 6º ano, o que já apontava mudanças na inserção de tais períodos nos manuais. A Base sugere certo equilíbrio entre os conteúdos, no entanto, os primeiros livros do PNLD pós-BNCC evidenciam que a Idade Média ficou restrita às últimas unidades/capítulos dos livros do 6º ano e, conseqüentemente, ao 4º bimestre, sendo o conteúdo de História Antiga tratado em mais unidades/capítulos.⁵

Quadro 2. A Idade Média nos sumários dos livros didáticos de História inseridos no Guia Digital PNLD 2020

COLEÇÃO	UNIDADES	CAPÍTULOS
Araribá Mais – História	Unidade VII. O nascimento do mundo medieval; Unidade VIII. O feudalismo e a Baixa Idade Média	Cap. 16. Os reinos germânicos; Cap. 17. O nascimento do islamismo e o Império Muçulmano; Cap. 18. O feudalismo; Cap. 19. A Baixa Idade Média.
Convergências – História	Unidade 7. O mundo árabe e o islamismo; Unidade 8. A Europa na Idade Média.	Cap. 17. Os árabes e a formação do islamismo; Cap. 18. A cultura islâmica; Cap. 19. A Alta Idade Média; Cap. 20. A Baixa Idade Média.
Estudar História: das origens do homem à era digital	Não há.	Cap. 10. A Expansão do Islã e os reinos africanos; Cap. 11. A Europa feudal; Cap. 12. Transformações na Europa medieval.
Geração Alpha – História	Unidade 8. A formação da Europa feudal; Unidade 9. Transformações na Europa medieval.	Cap. 1. (Unid. 8) A desagregação do Império Romano; Cap. 2 (Unid. 8) O mundo feudal; Cap. 1 (Unid. 9) As mudanças no campo e a formação dos burgos; Cap. 2 (Unid. 9) A Baixa Idade Média.
História – Escola e Democracia	Não há.	Cap. 8. A Idade Média;
História, Sociedade & Cidadania	Unidade IV (sem título)	Cap. 11. Povos e culturas nas terras banhadas pelo Mediterrâneo; Cap. 12. O Feudalismo: sociedade, cultura e religião.
História.doc	Unidade 4. A Idade Média: O Ocidente cristão, o Islã e a África	Cap. 9. Germanos e bizantinos; Cap. 10. O feudalismo europeu; Cap. 11. O Islã em expansão: África e Europa; Cap. 12. Reinos ao sul do Saara.
Historiar	Unidade 4. Bizantinos,	Cap. 11. Império Bizantino;

	feudalismo e islamismo	Cap. 12. Formação da Europa feudal; Cap. 13. Transformações na Europa feudal; Cap. 14. Mundo islâmico.
Inspire História	Unidade 4. Diversidade.	Cap. 9. Os germanos e o fim do Império Romano; Cap. 10. Nos tempos do feudalismo;
Teláris História	Unidade 4. O período medieval: sociedade, política e religião	Cap. 12. A Europa e a formação do feudalismo; Cap. 13. Igreja e cultura na Idade Média; Cap. 14. Transformações da Europa medieval.
Vontade de saber História	Não há.	Cap. 8. O período medieval.

Fonte: Elaboração própria a partir dos sumários das obras disponíveis on-line.⁶

Essa primeira constatação é importante por demonstrar que a BNCC e o edital PNLD, isto é, a dimensão do Estado como currículo e política pública, não explicam, isoladamente, a inserção dos componentes curriculares nos manuais escolares. Retornando ao diagrama de Moreno (Figura 1), lembra-se que outros fatores se relacionam ao objeto livro didático, entre os quais, destacam-se as dimensões Autoria, com o mercado e a atividade dos autores, e Opinião pública. Destarte, após intensas mobilizações, as áreas de História Antiga e História Medieval foram parcialmente vitoriosas com a permanência de seus conteúdos na formação básica do estudante brasileiro; contudo, quando as orientações da Base ganharam materialidade – o edital PNLD –, iniciou-se uma disputa pelo exíguo espaço do 6º ano do Ensino Fundamental, resultando na redução tanto da Antiguidade como da Idade Média. Não obstante, também se nota que sutilmente o conteúdo de medieval fica aquém dos de História Antiga, em especial, Grécia e Roma, que permanecem sobrevalorizados nos manuais. Esse elemento talvez seja revelador da estima carregada pela Antiguidade Clássica na Opinião Pública e junto ao universo da Autoria, a qual contrasta com o estigma imputado ao medieval.

Um olhar preliminar para os títulos dos capítulos descritos no Quadro 2 sugere que não houve mudança significativa na seleção dos conteúdos de História Medieval nos livros didáticos pós-BNCC, o que pode ser exemplificado pela permanência do destaque dado ao Feudalismo e ao elemento “feudal” para caracterizar a sociedade medieval e pela centralidade da Europa como referência para o medieval.

Quadro 3. Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades relativas à Idade Média na BNCC

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades
Lógicas de organização política	A passagem do mundo antigo para o medieval.	(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.
	A fragmentação do poder político na Idade Média.	
	O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio.	(EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.
Trabalho e formas de organização social e cultural	Senhores e servos no mundo antigo e no medieval.	(EF06HI16) Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos. (EF06HI17) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.
	Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África).	
	Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no mundo medieval.	
	O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média.	(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.
	O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval.	(EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.

Fonte: Brasil, 2017: 418-419.

De certo modo, os objetos de conhecimento previstos na BNCC (Quadro 3) possibilitam abordagens historiográficas mais atuais, como é o caso do objeto “O

Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio”. Tal eixo está em voga nas produções recentes da historiografia sobre a antiguidade e o medievo,⁷ entretanto, no currículo prático dos livros escolares, o objeto pouco incorpora deste aporte historiográfico, mantendo leituras tradicionais que pouco valorizam as histórias conectadas.

Sem a pretensão de uma análise exaustiva de como cada um dos objetos de conhecimento e habilidades são abordados por cada coleção, o que demandaria um estudo mais complexo e comparativo, nesse artigo selecionamos para apontamentos um objeto e uma habilidade. Trata-se do objeto de conhecimento “O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval”, com a habilidade (EF06HI19) “Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais”. A escolha justifica-se pelo item remeter a um tema atual e relacionado a uma demanda social urgente no país, além de ser um dos principais diferenciais da BNCC-História aprovada em 2017 para as versões anteriores da Base (1ª versão em 2015 e 2ª versão em 2016) e para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).⁸

A mulher medieval nos livros didáticos pós-BNCC

Ao menos desde a década de 1970 a questão da presença da mulher nos livros didáticos vem sendo investigada de forma sistemática. (Negrão, Amado, 1989) Em estudo amostral sobre a categoria gênero nos livros didáticos brasileiros entre 1910 e 2010, Mistura e Caimi (2015) concluíram que os manuais escolares apresentam extrema dificuldade em interagir com a temática de gênero, definindo papéis normativos não só aos gêneros, mas também aos sujeitos históricos, que aparecem predominantemente circunscritos aos grandes personagens.⁹ Segundo as autoras, o livro didático ao mesmo tempo em que apresenta papéis masculinos como exemplos históricos, determina, ao longo do tempo, os lugares permitidos à aparição feminina na história, sempre estreitos e genéricos.

A fim de superar tal quadro, a política pública do livro didático no Brasil tem gradativamente incorporado ações afirmativas, entre elas a valorização da mulher e o combate ao feminicídio. (Caimi, 2017) A BNCC-História, ao estabelecer o objeto de

conhecimento citado anteriormente e a habilidade EF06HI19, traz pela primeira vez o tema de forma explícita no currículo, exatamente nos conteúdos de Antiga e Medieval do 6º ano do Ensino Fundamental, sendo a questão retomada apenas no 9º ano.

De acordo com Silveira (2017), num dos poucos estudos sobre a mulher medieval nos livros didáticos, a leitura do objeto de conhecimento e da habilidade citados da BNCC: “torna clara a opção da Base em não discutir a questão de gênero, mas sim orientar a discussão a ser implementada com os alunos para o papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres ao longo da História”. Apesar disso:

[...] a BNCC não deixa de propor a necessidade de se discutir com os alunos a temática das relações de gênero. [...] A leitura da base nos indica, portanto, uma preocupação em construir com o aluno a noção de que as mulheres não foram tratadas de forma igualitária pela historiografia, lançando-as em um espaço de marginalidade, justamente por não corresponder, juntamente com os índios e africanos, ao sujeito universal masculino priorizado, desde o século XIX, pela História. (Silveira, 2017: 90-91)

Sabe-se que o medievo considerou o “homem” como padrão humano e os historiadores ao longo do tempo tenderam a ecoar tais proposições medievais, ofuscando a presença e a atuação das mulheres no período (Bennet, Karras, 2013). No entanto, atualmente, ao menos no meio acadêmico, escrever uma história da sociedade medieval sem a inclusão das mulheres seria um contrassenso, tendo em vista as décadas de acúmulo bibliográfico dos chamados *Women's studies*. Tais estudos têm demonstrado que a ideia de vazio em relação aos registros femininos é equivocada, colocando em evidência a produção intelectual feminina em diferentes contextos e períodos medievais. Como asseveram Brochado e Deplagne (2018), a partir das grandes bibliotecas do mundo ocidental têm sido destacados registros femininos antes ignorados, atestando a autoridade de mulheres em campos como a teologia, a medicina, os negócios e a literatura.

Retornando à importante contribuição de Silveira (2017) para o tema, a autora evidenciou a dificuldade dos manuais escolares em inserir a questão da condição feminina nas obras, optando por tratá-la em textos complementares ou em atividades de pesquisa e de interpretação. Do mesmo modo, identificou a tendência a manter a discussão acerca da condição feminina no campo ideológico, utilizando o discurso

clerical ocidental e o religioso como referência, assim como uma preocupação das obras com as contribuições dadas pelas mulheres nas relações de trabalho. Por fim, Silveira afirma que:

[...] as discussões em torno da história das mulheres medievais e das relações de gênero mostram-se ainda embrionárias nos livros didáticos e, em geral, descoladas de uma análise contextual, não oferecendo ao aluno, portanto, os elementos necessários para que possa identificar a forma como as mulheres eram vistas no contexto medieval sem cair nos perigos do anacronismo e para compreender a maneira como as relações de gênero são construídas historicamente. (Silveira, 2017: 106)

Os apontamentos da autora concentram-se em livros didáticos publicados em 2015, ou seja, antes da aprovação da BNCC e dos editais PNLD orientados pela Base. Deste modo, mesmo com o diálogo estabelecido pelo artigo com as novas orientações curriculares, considera-se que as conclusões alcançadas no estudo de Silveira servem de panorama atualizado da abordagem acerca do tema mulheres nos livros didáticos de História antes da BNCC. Cabe, assim, problematizar como os recentes manuais escolares estão abordando o tema. Do conjunto de 11 livros aprovados no PNLD, sete (7) encontram-se disponíveis para consulta pública e foram considerados no estudo.

*

A obra *Araribá Mais – História*, trata das mulheres medievais em dois momentos, no capítulo 17 “O nascimento do islamismo e o Império muçulmano” e no capítulo 18 “Feudalismo”. Primeiramente, o tema aparece no item “Lugar e cultura”, com o tópico intitulado “A mulher no islã”. O texto busca um contraste entre a condição da mulher na sociedade islâmica na atualidade, por vezes descrita pelo viés da opressão, e no período medieval. Para tal comparação, os autores apresentam uma leitura positiva da tradição islâmica medieval em relação às mulheres, ressaltando que:

Na Arábia pré-islâmica era comum a prática do infanticídio feminino, dos casamentos arranjados e da submissão da mulher aos homens da família. Porém, segundo a tradição islâmica, Maomé condenou essas práticas, afirmou a igualdade entre homens e mulheres perante Deus e recomendou que elas fossem tratadas com dignidade. Tudo isso em uma época em que as

mulheres no Ocidente europeu sofriam as mais severas restrições. (Araribá, 2018: 202)

Tanto o texto do livro do estudante como as orientações aos professores não são acompanhados de referência bibliográfica ou de indicação de materiais de aprofundamento. Apesar disso, a obra sugere ao docente, em caso de interesse na ampliação do debate, a problematização em sala de aula do uso do *hijab* e da poligamia. Reforçando a perspectiva do contraste passado/presente, a página traz uma fotografia de protesto de mulheres egípcias contra casos de assédio sexual. Nota-se a opção da obra pela contemporaneidade como norteadora do olhar para o passado, resultando numa leitura superficial e apenas orientada pela perspectiva religiosa sobre a mulher islâmica. Assim, ao passo que contribui para a valorização da mulher na atualidade, oferece poucos subsídios para a compreensão da condição feminina na história.

No capítulo 18, o tema é retomado no tópico “As mulheres na sociedade feudal”. Diferentemente do capítulo anterior, o texto é acompanhado de breves referências – no caso ao *Dicionário da Idade Média*, de Henry Loyn, e ao verbete Masculino/Feminino, de Christiane Klapisch-Zuber no *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* – e uma pintura do século XIX, apenas ilustrativa, que representa Maria de França presenteando o rei Henry II com os seus poemas.¹⁰ Associado a imagem, a página traz ainda o box “Vozes femininas”, onde a produção de Maria de França é brevemente citada. Textualmente, o tópico aborda dois eixos: a condição feminina na sociedade feudal e o universo do trabalho das mulheres nobres e não nobres. Em relação ao primeiro eixo, mais destacado no texto, os autores afirmam:

A sociedade feudal era patriarcal, ou seja, os homens predominavam nas funções de liderança política e tinham privilégio social e controle das propriedades. A feminilidade era vista de forma negativa, pois, segundo a tradição judaico-cristã, todas as mulheres descendiam de Eva, que era pecadora e responsável pela perda do Paraíso. Assim, a Igreja Católica considerava as mulheres seres suscetíveis às fraquezas humanas e à maldade, e a era dado pouco espaço de expressão. (Araribá, 2018: 215)

Em seguida, explorando o tema da Unidade Temática “Trabalho e formas de organização social e cultural”, a obra cita, brevemente, o contraste entre mulheres nobres, restritas ao domínio privado da casa paterna/do marido ou ao convento, e

mulheres não nobres, apresentadas com uma vida de maior liberdade. Nota-se em ambos os eixos uma narrativa que oferece poucas aberturas para problematizações, questionamentos ou para a apresentação de tensões e divergências interpretativas e históricas, reafirmando um discurso homogêneo e estático acerca da sociedade medieval. Novamente, a caracterização dos papéis femininos no medievo parecem servir somente para valorizar conquistas evidenciadas no tempo presente.

De modo similar, a obra *Inspire*, de Gislane Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi, traz o tema no capítulo 10 “Nos tempos do feudalismo”, por meio do item “Para saber mais – As mulheres no mundo medieval”. Nele destacam-se algumas mulheres do medievo, como a abadessa Herrard de Landsberg, a guerreira Joana d’Arc e a poetisa Cristine de Pisan, descritas como mulheres que se notabilizaram mesmo vivendo em uma época que privilegiava a figura masculina. No entanto, o trecho reforça a ideia de mulheres subordinadas, controladas e, conseqüentemente, passivas. Por exemplo:

Nesse período, os textos da Bíblia foram utilizados como forma de justificar a subordinação feminina perante os homens. Cabia aos chefes de família (os maridos ou os pais) vigiar e controlar a vida das mulheres sob sua tutela. Essa tutela, inclusive, reduzia de maneira significativa o acesso das mulheres aos cargos de poder. Tal situação só se amenizou no período final da Idade Média, em algumas regiões da Europa.

As mulheres só podiam se casar quando o enlace matrimonial representava o fortalecimento de alianças entre as famílias. Por isso, muitos pais promoviam o casamento de suas filhas com primos ou então adiavam o matrimônio à espera de um noivo considerado adequado. Quando este não aparecia, a moça era enviada para um mosteiro, a fim de seguir uma vida religiosa. (Seriacopi, Seriacopi, 2018: 210)

Nas orientações ao professor (“Procedimentos didáticos”), o livro sugere que as mulheres medievais devem ser compreendidas como sujeitos históricos atuantes contra as imposições e restrições da época e que o docente pode abordar junto aos alunos os diferentes papéis sociais destinados às mulheres no medievo. Tal orientação destoa do texto do item, visto que nele os autores apenas tratam das mulheres nobres, justificando o foco pelos “poucos documentos dessa época referentes às camadas mais baixas da população”. (Seriacopi, Seriacopi, 2018: 210)

Com abordagem distinta, a obra *Historiar*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, trata das mulheres medievais no capítulo 13 “Transformações na Europa feudal”. Os autores trazem o tópico “Mulheres na Idade Média”, que ocupa duas páginas da obra, e nele o livro diferencia-se pelo cuidado em ponderar as afirmações e mostrar alguns contrastes do período:

Durante a Idade Média, a situação das mulheres variou muito, de acordo com a época, o lugar e a condição social. De modo geral, as mulheres eram menos valorizadas do que os homens, sendo consideradas frágeis, emotivas e instáveis. Esses julgamentos foram usados como justificativa para a dominação masculina. Eram os homens que controlavam importantes instrumentos de poder, como a Igreja, a guerra e os feudos.

Além disso, em uma sociedade fundamentalmente influenciada pela Igreja, alguns pensadores cristãos defendiam uma interpretação da Bíblia desfavorável às mulheres. Para eles, Eva havia cometido o pecado original, trazendo a maldade e a imperfeição ao mundo. Entretanto, a partir do século XI, desenvolveu-se o culto a Maria, “mãe de Cristo”, considerada santa e redentora. As duas figuras contrastantes marcaram o imaginário ocidental acerca da mulher. [...] no dia a dia, as mulheres não ficavam limitadas à vida doméstica. Elas participavam de várias atividades e, por isso, podiam ser encontradas nas ruas e praças, nos mercados, nas feiras e nas oficinas artesanais. (Cotrim, Rodrigues, 2018: 220-221)

Na sequência do tópico, a obra destaca o “protagonismo feminino”, citando as personagens de Catarina de Siena, Cristine de Pisan e Joana d’Arc, mulheres que exemplificam diferentes dimensões da sociedade medieval que também contaram com a participação feminina, no caso a vida religiosa e intelectual, o saber letrado e a guerra. Acrescenta-se que o tópico é acompanhado de longa citação textual do *Dicionário da Idade Média*, de Henry Loyn, e da sugestão da obra *A vida de Joana d’Arc*, de Érico Veríssimo (1935), para aprofundamento.

Demonstrando pouca preocupação em referenciar os objetos de conhecimento e as habilidades da BNCC ao longo dos capítulos, a obra *História.doc*, de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila Faria e Daniela Calainho, encaminha a abordagem do tema para a sequência didática “A sociedade feudal, os impostos e o papel da mulher”, presente no material digital do manual do professor.¹¹ Mesmo com quatro capítulos relacionados ao medievo, o livro didático opta por invisibilizar o papel da mulher na sociedade medieval europeia, muçulmana e africana. A questão se insere apenas para tratar do estabelecimento de alianças matrimoniais, como se lê no trecho a seguir:

Guilherme Marechal ganhou de presente do novo rei o casamento com uma jovem mulher, já tendo ele em torno dos 50 anos. Com ela, Guilherme teve dez filhos. Naquela época, os casamentos eram arranjados pelos pais ou pelo próprio rei, para selar acordos, negócios e até a paz entre inimigos.

A esposa de Guilherme era herdeira de muitas terras, tornando-o assim proprietário de vários feudos, com muitos camponeses trabalhando para produzir gêneros agrícolas. (Vainfas et. al, 2018: 166)

O trecho, isoladamente, parece não ter qualquer relação com a habilidade EF06HI19. A mulher de Guilherme, o Marechal, não tem nome e nem individualidade, não é um sujeito histórico, é expressão de uma dita passividade feminina que faz dela apenas um instrumento das negociações conduzidas por homens. No entanto, ao considerar a atividade presente na página 178 (“Questão 4. Qual era o papel das mulheres na celebração do casamento entre os nobres no período medieval?”), nota-se o interesse dos autores em, a partir do caso de Guilherme, dizer que trataram do papel da mulher no medievo.

No livro *História – Escola e Democracia*, de Flavio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, o tema aparece no capítulo 8 “A Idade Média”, apenas associado ao islã. Por meio de atividade complementar, a obra explora a questão exclusivamente num viés contemporâneo e associado à religião islâmica, citando verso do Alcorão e problematizando o uso do véu. (Campos, Claro, Dolhnikoff, 2018: 196) Em seguida, o livro retoma a mesma abordagem por meio de projeto interdisciplinar de História e Geografia, orientando o docente para a elaboração da atividade. Destaca-se que nesse trecho a obra sugere artigos e livro para aprofundamento do professor.¹² Em geral, tal como pontuado em relação a obra *Araribá – Mais*, a história contemporânea se impõe no olhar para o passado, estabelecendo o que Pereira e Rodrigues (2018) definiram como a lógica do “passado prático” no currículo de História.

Em *Vontade de Saber*, escrito por Adriana Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, o tema aparece no capítulo 8 “O período medieval”, com o tópico “As mulheres na Idade Média”. Optando por explorar o eixo da Unidade Temática “Trabalho e formas de organização social e cultural”, a obra concentra a atenção nas diferentes funções exercidas pelas mulheres medievais, nobres e camponesas, particularmente nas relacionadas ao universo do trabalho. O texto é acompanhado de uma iluminura do século XIII que representa o trabalho de duas mulheres na agricultura¹³ e de citações da

obra *A mulher na Idade Média*, de José Rivair Macedo (2015). Sobre o trato com a referência, nota-se que numa das citações os autores usam do texto de Macedo para reforçar a ideia de passividade da mulher medieval:

As estratégias matrimoniais organizavam e sustentavam as relações sociais. O casamento era antes de tudo um pacto entre famílias. Nesse ato, a mulher era ao mesmo tempo doada e recebida, como um ser passivo. Sua principal virtude, dentro e fora do casamento, deveria ser a obediência, a submissão. (Macedo, 2015: 20 apud Dias, Grinberg, Pellegrini, 2018: 201)

História, Sociedade & Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior, insere o tema de maneira pouco usual no capítulo 12 “O feudalismo: sociedade, cultura e religião”. Após abordar o tópico “A cultura na Idade Média”, o manual introduz quatro itens “Para refletir”, sendo três relacionados ao tema da mulher, respectivamente, a mulher na Grécia antiga, na Roma Antiga e na sociedade medieval. Salvo o item sobre a Grécia, os demais apresentam apenas citações bibliográficas, sem argumentações do autor. Ao tratar do medieval, Boulos Júnior também recorre ao livro *A mulher na Idade Média*, de José Rivair Macedo (2015).¹⁴ Enquanto a coleção citada anteriormente fez uso de Macedo para reafirmar a passividade da mulher medieval, Boulos Júnior reivindica-o para sustentar a opressão e o desprezo em relação à mulher na Idade Média:

A sociedade medieval [...] nutriu um desprezo generalizado pelas mulheres. Sociedade masculina e guerreira, designava geralmente os dois sexos chamando-os de “o lado da espada” e “o lado da roca”. O instrumento, espada ou roca, indicava a função de quem o empregava. No lar e fora dele fiar e bordar eram atividades femininas. [...] Entretanto, não devemos pensar na mulher medieval como um grupo compacto oprimido pelos homens. [...] Não é possível alinhar, num mesmo plano, condessas e castelãs com servas e camponesas livres [...]. A opressão muitas vezes foi exercida pelas mulheres poderosas sobre as suas dependentes. (Macedo, 2015: 25-28 apud Boulos Júnior, 2018: 230)

A citação serve de base para as questões que acompanham o trecho, sendo emblemática a pergunta: “a) De que forma a sociedade medieval via as mulheres?”; com a resposta sugerida: “A sociedade medieval desprezava as mulheres”. Acrescenta-se que, juntamente com o livro de Macedo, o manual escolar oferece ao docente o aprofundamento no tema por meio de um “texto de apoio” de autoria de Maria Filomena

Nascimento, citando somente um trecho do artigo onde a autora trata do medievo como uma sociedade patriarcal e misógina. Nota-se que o livro de Boulos Júnior, tal como a obra *Vontade de Saber*, usa do recurso de autoridade acadêmica para construir uma abordagem unívoca acerca da mulher medieval, visão que por mais que esteja correta historicamente, não contempla a diversidade dos papéis sociais e da condição feminina do período.

Considerações finais – o novo já nasce velho

Passados três anos da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e iniciadas mudanças nas políticas públicas de educação a partir da Base, como é o caso do novo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), questionamos se tais medidas resultaram em alterações na inserção e na abordagem da Idade Média nos livros didáticos da educação básica brasileira.

Ao considerar a questão a partir do currículo, a expectativa era que a resposta fosse, mesmo que parcialmente, positiva, em especial, pela abordagem diferenciada dos componentes curriculares proposta pela BNCC, uma vez que era inevitável encontrar alterações relativas ao ano de ensino – previsto para mudar do 7º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental. Não obstante, ao analisar os manuais escolares pós-BNCC, confirma-se uma dupla compreensão. Em primeiro lugar, que legislações e políticas públicas demandam tempo, por vezes décadas, para serem implementadas, gerarem engajamento e promoverem mudanças na sociedade. Esse aspecto fica ainda mais evidente ao considerar políticas de ações afirmativas, como a valorização da mulher, a inclusão de minorias, o combate à violência de gênero e à homofobia, exemplos de ações voltadas a equidade e que, em geral, enfrentam resistências vinculadas a preconceitos e discriminações. Noutro aspecto, reafirma-se que há certa perenidade no conteúdo dos livros didáticos, os quais se alteram de maneira lenta e pontual entre os anos, com mudanças mais relacionadas à forma do que ao conteúdo. Apesar de as coleções terem autonomia metodológica e de abordagem, existe padronização dos materiais escolares, resultando no fato de que os livros tendem a ensinar o mesmo da mesma maneira.

Ademais, a análise realizada vai de encontro aos argumentos de Pereira e Rodrigues (2018), ao defenderem que o componente curricular História na BNCC constrói uma narrativa e trabalha a temporalidade a partir de uma relação prática com o passado. Em nosso estudo, frequentemente a mulher medieval apareceu como um exemplo contrastante e distante temporalmente, condicionado para o objetivo de discutir a condição feminina no tempo presente, sem oferecer subsídios adequados para a compreensão da inserção das mulheres, em sua pluralidade, no medievo. Do mesmo modo, seguindo os aportes de Choppin (2004) e Moreno (2014), constata-se a complexidade do objeto livro didático, demonstrando que a problematização de uma obra não pode se resumir à identificação das diretrizes da política pública ou a formação/atuação dos autores.

A BNCC prevê que o estudante brasileiro do 6º ano do Ensino Fundamental adquira a habilidade: “Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais”. Todavia, pelo o que foi evidenciado nos manuais escolares, ao menos em relação à Idade Média, os livros têm contribuído pouco para o alcance dessa habilidade, tanto no que diz respeito aos enfoques dos textos, por vezes descontextualizados, quanto no que se refere ao trato com documentos escritos e imagéticos. Destarte, os apontamentos de Guimarães (2011) permanecem necessários e atuais, pois a autora nos lembra que: “Superar a relação de submissão e não ceder à sedução exclusiva do livro didático requer uma postura de criticidade diante do conteúdo veiculado”. (Guimarães, 2011: 56). O grau de dependência do docente em relação ao livro didático varia conforme a formação, as condições de trabalho, a quantidade de escolas e horas de aula. Apesar disso, vale lembrar que está nas mãos do professor a efetiva implementação desse relevante tema nas aulas de História.

Nos manuais escolares, continuamos a ler sobre mulheres de forma esporádica, dissociadas da narrativa principal por meio de itens separados e boxes explicativos. O discurso da opressão medieval sobre as mulheres, de uma sociedade patriarcal e misógina que restringia os espaços de atuação feminina, por mais relevante e correto historicamente, permanece unívoco e usado para promover uma abordagem estática sobre o passado, sem incorporar aportes historiográficos que há décadas têm demonstrado novos lugares sociais e, principalmente, protagonismos das mulheres medievais. A fim de romper com a noção de condicionamentos às mulheres, os livros

persistem no recurso aos grandes nomes, como Joana d'Arc e Cristine de Pizan, personagens importantes do medievo que nos manuais não recebem a devida contextualização, sendo somente símbolos de uma exceção. Tais constatações apontam desafios e demandas para os estudos medievais no Brasil, que em busca de uma inserção social mais efetiva, precisam ampliar a oferta de materiais voltados à Educação Básica e à formação de professores.

Em síntese, nos livros didáticos analisados contata-se a manutenção, com poucas alterações, da abordagem acerca da mulher medieval, tal como evidenciada por Mistura e Caimi (2015) e Silveira (2017). Tais permanências ainda estabelecem relações com discussões fora da área de História, como apontam Negrão e Amado (1989) e Bonafé e Rodríguez (2013). Nesse sentido, as mudanças vislumbradas pela BNCC resultaram num verniz de atualização nos manuais, onde as mulheres permanecem como seres alheios à história e à Idade Média, que se perpetua como Idade dos Homens, em outras palavras, nos livros didáticos pós-BNCC o novo já nasce velho.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, v.13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.
- ALMEIDA, Néri de Barros. Um destino em crise: a inserção social e institucional dos estudos de História Medieval. **Revista Chilena de Estudios Medievales**, Santiago, n. 11, p. 92-114, enero/jun. 2017.
- ALMEIDA, Néri de Barros; TORRE, Robson Della (org.). **O mediterrâneo medieval reconsiderado**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2019.
- Araribá Mais – História**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.
- BENNETT, Judith; KARRAS, Ruth. Women, Gender and Medieval historians. In: BENNETT, Judith; KARRAS, Ruth (org.). **The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2013, 1-17.

- BONAFÉ, Jaume Martínez; RODRÍGUEZ, José Rodríguez. O currículo e o livro didático: uma dialética sempre aberta. In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p.209-225.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**. São Paulo: FTD, 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Guia Digital PNLD 2020**. Brasília, DF: MEC, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – História e Geografia**. Brasília, DF: MEC, 1997.
- BROCHADO, Cláudia Costa; DEPLAGNE, Luciana Calado (org.). **Vozes de mulheres na Idade Média**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.
- CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 86-92, jan./jun. 2016.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Sousa (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p.33-54.
- CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia**. São Paulo: Moderna, 2018.
- CHEPP, Bruno; MASI, Guilherme; PEREIRA, Nilton Mullet. O potencial pedagógico da Idade Média imaginada. **Revista Lhiste**, Porto Alegre, n.3, vol.2, jul./dez. 2015.
- CHIZZOTTI, António. Currículo por competência: ascensão de um novo paradigma curricular. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.26, n.52, p. 429-448, jul./dez. 2012.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas, 11, p.5-24, abril 2002.

- CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **Revista História da Educação**, v.13, n.27, p.9-75, jan./abr. 2009.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de Saber – História**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.
- FRANCO, Alécia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo, et al. (org). **Ensino de História: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 143- 164.
- FRANCO, Alécia Pádua; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, MG, v.25, nº especial, p.1016-1035, 2018.
- GUARINELLO, Norberto Luiz; SILVA, Uiran G. da.; OLIVEIRA, Gustavo J. D.; PIZA, Pedro de T. (org.). **Fronteiras mediterrânicas**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2019.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. 12ª ed. Campinas, São Paulo. Papyrus, 2011.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicolas. **The corrupting sea. A study of Mediterranean history**. Oxford: Blackwell, 2000.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. Uma história contestada: a História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). **Anos 90**, Porto Alegre, v.26, 2019.
- LIMA, Marcelo Pereira. Representações da Península Ibérica Medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a academia. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 165-196, 2012.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.
- MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Editora Contexto, 1ª edição, 2003, p.109-125.
- MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). **Aedos**, Porto Alegre, v.7, n.16, p. 229-246, jul. 2015.

- MORENO, Jean. **Quem somos? Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de história (1971-2011)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira de história da educação**, Campinas-SP, v.12, n.3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.
- MURILO, Marcelo da Silva. **A Idade Média nos livros didáticos brasileiros: a Crise do século XIV, reverberações da historiografia acadêmica da primeira metade do século XX nos esquemas explicativos escolares**. São Paulo: Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2015.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati; AMADO, Tina. **A imagem da mulher no livro didático: estado da arte**. São Paulo: DPE/FCC, 1989.
- OLIVEIRA, Fabiana de; AVELINO, Maria Aparecida. As abordagens acerca da História Ibérica medieval em livros didáticos. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.67, n.1, p. 259-281, jan./jun. 2019.
- PEREIRA, Nilton Mullet. A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história. In: ROCHA, Helenice, REZNIK, Luís, MAGALHÃES, Marcelo de Sousa (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 169- 184.
- PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no Ensino de História. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, Arizona, v. 26, n. 107, set. 2018
- PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. **Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História**. 1ª. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p.16-35.
- SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História**. São Paulo: FTD, 2018.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Alguns apontamentos acerca dos germanos nos livros didáticos de História no Brasil. **Mirabilia**, 4, jun./dez. 2005.
- SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de

- Sousa (org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 101-120.
- SILVA, Marcos A.; GUIMARÃES, Selva. A necessidade da História no ensino fundamental: dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) à Base Nacional Comum Curricular. In: VEIGA, Ilma P.A; SILVA, Edileusa Fernandes da. (Orgs). **Ensino Fundamental – da LDB à BNCC**. Campinas: Papyrus, 2018, p.227-248.
- SILVEIRA, Marta de Carvalho. A representação da mulher medieval nos livros didáticos: uma visão comparativa. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.80-107, 2017.
- TEIXEIRA, Igor Salomão; PEREIRA, Nilton Mullet. A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC. **Diálogos**, Maringá, PR, v. 20, n. 3, p. 16-29, 2016.
- VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean history**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Notas

¹ O principal estudo dessa via é a obra *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História* Pereira e Giacomoni (2008), que abarca livros didáticos publicados desde a primeira metade do século passado a obras de inícios do século XXI. Ademais, Nilton Pereira é autor de uma série de trabalhos acerca do tema, destacando-se o capítulo “A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história” (2017). Não obstante, a maior profusão de estudos concentra-se na análise de temas específicos da Idade Média nos livros didáticos, em geral, discutindo os descompassos entre o saber acadêmico e o saber escolar e assumindo a forma de crítica historiográfica. Como exemplos, citam-se os artigos de Silva (2005), Lima (2012) e Oliveira e Avelino (2019). Por fim, entre os trabalhos monográficos, destaca-se a tese de Murilo (2015), sobre a crise do século XIV nos livros didáticos.

² Em geral, os estudos sobre a Idade Média nos livros didáticos trataram de manuais produzidos sob as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documentos elaborados na década de 1990 e que tiveram vigência até a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (2017). Nesse conjunto, alguns trabalhos analisaram o medievo em manuais do Ensino Médio, objeto que sofreu uma significativa reconfiguração com o novo Ensino Médio pós-BNCC.

³ Em relação a abordagem, destaca-se que a BNCC se orienta pelo paradigma das habilidades e competências. Sobre o tema, ver: Chizzotti, 2012; Albino, Silva, 2019.

⁴ A BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Dela decorrem políticas como: Política Nacional de Formação de Professores; Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais; Política Nacional de Avaliação da Educação Básica; e Política Nacional de Infraestrutura Escolar.

⁵ Considera-se que a História Antiga na BNCC abarca os seguintes objetos de conhecimento e habilidades: “Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas

Américas (pré-colombianos). Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais”, habilidades EF06HI07 e EF06HI08; “O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma”, habilidade EF06HI09; “As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma: Domínios e expansão das culturas grega e romana; Significados do conceito de “império” e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política. As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades linhageiras ou aldeias”, habilidades EF06HI10, EF06HI11, EF06HI12 e EF06HI13.

⁶ Coleção Araribá, Editora Moderna: disponível em <https://pnld2020.moderna.com.br/historia/arariba-mais/>; Coleção Convergências História, Edições SM: disponível em <http://pnld.smeducacao.com.br/assets/CV-HIS6/>; Coleção Estudar História: das origens do homem à era digital, Editora Moderna: disponível em <https://www.moderna.com.br/main.jsp?lumPageId=4028818B2E24D324012E3469E60A34AF&itemId=8A808A826CB8F3CD016D7E3A4BC934CB>; Coleção Geração Alpha, Edições SM: disponível em <http://pnld.smeducacao.com.br/assets/GA-HIS6/>; Coleção História – Escola e Democracia, Editora Moderna: disponível em <https://es.calameo.com/read/0028993279e5ce667b6e5?authid=8egENDqw8o0h>; Coleção História, Sociedade & Cidadania, Editora FTD: disponível em <https://pnld.ftd.com.br/colecao/historia-sociedade-e-cidadania/?1=historia-sociedade-e-cidadania>; Coleção História.doc, Editora Saraiva: disponível em <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/pnld/edital/pnld-2020/obra/3606030/>; Coleção Historiar, Editora Saraiva: disponível em: <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/pnld/edital/pnld-2020/obra/3779483/>; Coleção Inspire – História, Editora FTD: disponível em <https://pnld.ftd.com.br/colecao/inspire-historia/>; Coleção Teláris, Editora Ática, disponível em <https://www.atिकासcipione.com.br/obras-e-solucoes/colecao/projeto-telaris/>; Coleção Vontade de Saber, Quinteto Editorial, disponível em <https://pnld.ftd.com.br/colecao/vontade-de-saber-historia/>. Acesso em 07/01/2021.

⁷ Ver, por exemplo: Horden, Purcell, 2000; Wickham, 2005; Almeida, Torre, 2019; Guarinello et al., 2019.

⁸ No PCN-História e Geografia (1997), a questão da mulher aparece superficialmente e sem uma abordagem particular apenas na apresentação da obra, com menções esporádicas nas páginas 27, 29, 43, 46 e 59. Exemplo dessa inserção são os trechos: “Em uma outra concepção de ensino, os fatos históricos podem ser entendidos como ações humanas significativas, escolhidas por professores e alunos, para análises de determinados momentos históricos. Podem ser eventos que pertencem ao passado mais próximo ou distante, de caráter material ou mental, que destacam mudanças ou permanências ocorridas na vida coletiva. Assim, por exemplo, dependendo das escolhas didáticas, podem se constituir em fatos históricos as ações realizadas pelos homens e pelas coletividades que envolvem diferentes níveis da vida em sociedade: criações artísticas, ritos religiosos, técnicas de produção, formas de desenho, atos de governantes, comportamentos de crianças ou **mulheres**, independências políticas de povos. (...) O sujeito histórico pode ser entendido, por sua vez, como sendo os agentes de ação social, que se tornam significativos para estudos históricos escolhidos com fins didáticos, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais. Podem ser, assim, todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características, sendo líderes de lutas para transformações (ou permanências) mais amplas ou de situações mais cotidianas, que atuam em grupo ou isoladamente, e produzem para si ou para uma coletividade. Podem ser trabalhadores, patrões, escravos, reis, camponeses, políticos, prisioneiros, crianças, **mulheres**, religiosos, velhos, partidos políticos etc. (1997: 29 [Grifo nosso]). Diferentemente, a BNCC, somente em sua última versão, incluiu de maneira explícita e obrigatória o tema da mulher nos livros didáticos de História.

⁹ O problema não é uma particularidade dos manuais brasileiros. Bonafé e Rodríguez (2013) afirmam que as investigações internacionais evidenciam o tratamento discriminatório que a mulher sofre nos materiais curriculares e que o sexismo se manifesta de forma clara nos manuais. Na análise dos autores, essas formas se mostram de maneira tácita e subliminar (consciente e inconsciente), em como a mulher aparece em condição de inferioridade, tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo.

¹⁰ Infelizmente, como é comum em muitos manuais, a imagem tem apenas função ilustrativa, não sendo problematizada no texto e nas orientações ao docente. Desse modo, a obra perde a oportunidade de discutir questões relevantes para o medievalismo, no caso, a visão romântica acerca da Idade Média na pintura oitocentista.

¹¹ A opção da obra foge do escopo de análise do artigo e, conseqüentemente, impede considerações sobre a abordagem realizada pelos autores na sequência didática.

¹² É interessante que ao lado de dois artigos disponíveis on-line, os autores sugerem ao docente a consulta a obra *Le harem politique. Le prophète e les femmes*, de Mernissi (2010). Avalia-se que, em virtude das dificuldades de acesso, tanto da língua como ao livro físico, a indicação é inócua.

¹³ A legenda que acompanha a imagem sugere que as mulheres da iluminura são mãe e filha atuando no trabalho agrícola. (Dias, Grinberg, Pellegrini, 2018: 201) No entanto, avalia-se que é necessário ter cuidado na interpretação da imagem. O fato de uma das personagens ser representada menor que a outra, não necessariamente quer dizer que exista uma relação de filiação entre as mulheres.

¹⁴ Sem o interesse de discutir a obra de Macedo, publicada originalmente em 1990, ressalta-se que no livro o historiador preocupa-se em demonstrar ponderação nos seus apontamentos sobre as mulheres medievais, indicando o recente crescimento de estudos na temática. As considerações finais do autor expressam tal preocupação e evidenciam um uso parcial e limitado do livro por parte dos manuais escolares: “Esboçou-se aqui, leitor, um quadro muito geral a respeito da história das mulheres. Os dados e interpretações apresentados não devem ser aceitos como definitivos. O interesse pela história das mulheres é bastante novo, de modo que outros estudos a respeito dos problemas abordados certamente poderão matizá-los, completá-los, enriquecê-los. O propósito desse livro é justamente chamar a atenção para certos aspectos relevantes e indicar algumas linhas de rumo das pesquisas atuais sobre as mulheres na Idade Média”. (Macedo, 2002: 103)